



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas

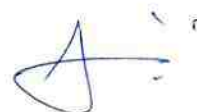


## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, reservo-me a relatoria do Projeto de Lei nº 27/2019.

Rio Branco/AC, 09 / 07 de 2019.

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente da CCJRF



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



**PARECER Nº 23/2019/CCJRF e CPC**

**Autoria:** Vereador José Carlos Juruna

**Relatoria:** Vereador Rodrigo Forneck

**I - RELATÓRIO**

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** conjuntamente com a **COMISSÃO PERMANENTE DE CULTURA** apreciam o Projeto de Lei nº 27/2019, de iniciativa do Vereador José Carlos Juruna que institui o Selo Amigo da Cultura no Município de Rio Branco, Acre.

Projeto de lei juntado às fls. 02/03 e justificativa às fls. 04/05.

O projeto institui o Selo Amigo da Cultura com o intuito de homenagear os incentivadores da cultura no município, reconhecendo a importância da parceria público-privada para o desenvolvimento das manifestações culturais da cidade.

A Procuradoria Legislativa emitiu parecer pela aprovação com sugestão de emenda. É o necessário a relatar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que o Projeto de Lei n. 27/2019 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõe os arts. 23, III, IV e V, e 30, I e IX, da CF/88 e o art. 22, I e IX, da Constituição Estadual, por se tratar de matéria de interesse local e que envolve competência administrativa de fomentar a cultura.

Também não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa previstas na Lei Orgânica, podendo, portanto, ser proposta por qualquer dos legitimados à propositura de leis no âmbito municipal.

Quanto à espécie normativa utilizada, percebe-se que o projeto não versa sobre matérias reservadas às leis complementares (art. 43, § 1º, da Lei Orgânica), podendo ser veiculado por lei ordinária.

O projeto institui o Selo Amigo da Cultura, que será concedido às empresas privadas que investirem em projetos relacionados à cultura. O selo terá validade de um ano, podendo ser renovado a critério do órgão competente e a empresa detentora do selo poderá utilizá-lo em campanhas publicitárias e em seus produtos.

A proposição estabelece que os procedimentos administrativos e as sanções por uso indevido do selo serão objeto de regulamentação do Poder Executivo (art. 7º).

A proposta valoriza as empresas fomentadoras de projetos que promovem a difusão de manifestações culturais, a proteção e revitalização de espaços e bens com valor cultural, atendendo a diretriz do art. 215, *caput*, da Constituição Federal. Veja-se:

"Valorize a vida, não use drogas"

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Cabe salientar que outros Municípios da Federação possuem leis semelhantes, podendo-se mencionar o Município de Varginha (Lei n. 5.845/2014) e o Município de Campinas (Lei n. 15.384/2017).

Como se nota, a proposta não demonstra aptidão para violar qualquer princípio ou regra constitucional, nem mesmo os atinentes à legislação infraconstitucional.

Todavia, apenas para adequação do projeto à técnica legislativa (Lei Complementar n. 95/1998), recomenda-se a proposição de emenda supressiva do art. 1º, porquanto suas disposições estão inteiramente contidas no art. 2º.

Além disso, com o intuito de clarificar as normas estatuídas, sugere-se a proposição de emendas modificativas dos arts. 4º e 8º para que passem a ter a seguinte redação:

Art. 4º O selo será válido por um ano, podendo ser renovado anualmente a critério do órgão competente e desde que cumpridos os requisitos para a sua concessão.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São os fundamentos que colaciono para manifestação de voto.

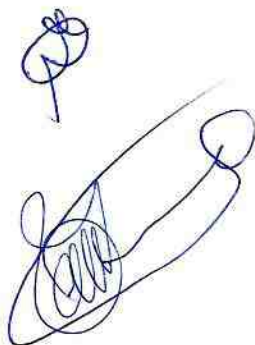
### III - VOTO

Ante o exposto, em posse das razões colacionadas, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 27/2019, mediante as emendas apresentadas.

Submeto aos demais pares.

Rio Branco/AC, 09 de 07 de 2019.

  
Vereador Rodrigo Forneck  
Relator











CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CCJRF  
PARECER Nº 23/2019/CCJRF e CPC

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>M. Costa</i>
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>Eduardo Farias</i>
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>Elzinha Mendonça</i>
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>N. Lima</i>
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	<i>Pelas conclusões</i>	<i>Jakson Ramos</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CPC  
PARECER Nº 23/2019/CCJRF e CPC

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereadora Sandra Asfury Membro Titular	P/P Pelo Condutor	Sinhucho
Vereador José Carlos Juruna Membro Titular	PELM em conclusão	
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	Pelo Condutor	
Vereadora Lene Petecão Membro Titular	Pelo Condutor	Sinhucho
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____
Vereador Raimundo Neném Membro Suplente		



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº 27/2019 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRJ e na Comissão Permanente de Cultura – CPC, em reunião conjunta realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck.

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.


  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Lei nº 27/2019 e seu respectivo parecer conjunto com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

ACUSO RECEBIMENTO, em  
09/07/2019.

\_\_\_\_\_  
Diretoria Legislativa